CORREIO POLÍTICO

POR **RUDOLFO LAGO**

INSTAGRAM/FLÁVIO BOLSONARO

Itamaraty teme fim do multilateralismo e não alinhamento

Além do Judiciário, Itamaraty teme vitória de Flávio

Os movimentos nesta terça-feira (6) do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, à procura dos principais líderes do Senado revelam o temor do Judiciário com uma eventual vitória de Flávio Bolsonaro (PL) na corrida presidencial e com o aumento da direita no Legislativo. O temor é justificado. O STF tornou-se alvo declarado do segmento que saiu à frente no primeiro turno. O plano de formar uma maioria ampla que permitisse a aprovação de processos de impeachment de ministros do Supremo consolidou-se. E há uma expectativa de que isso possa ser reverberado pelo governo Flávio, caso ele de fato vença. Mas não é só o STF quem anda preocupado. O Correio Político apurou que há enorme temor no meio diplomático com a eventual vitória de Flávio Bolsonaro. De que se imprima uma mudança história nos conceitos da diplomacia brasileira.

Multilateralismo é base da nossa diplomacia

Não há uma explicação formal sobre por que o Brasil abre sempre a Assembleia Geral da ONU. Mas tudo indica que a tradição tem total relação com a postura diplomática brasileira. Durante a Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, os países relutavam em fazer o primeiro discurso. O Brasil resolveu assumir esse protagonismo. Até porque foi forte aliado da ideia de se criar um mecanismo multilateral de negociação entre as nações para enfrentar os riscos do projeto totalitário da Alemanha de Adolf Hitler.

REPRODUÇÃO

Marco Rubio é quem exerce nos EUA relações exteriores

Não alinhamento é outra tradição

Pesou na tradição também o prestígio diplomático que tinha Oswaldo Aranha, que presidiu a assembleia de 1947, a segunda da organização. A adesão ao multilateralismo, soma-se na diplomacia brasileiro o princípio do não alinhamento ideológico a grupos de países. Se hoje o principal parceiro comercial do Brasil é a China, seria um grande erro considerar que o princípio dessa relação deu-se durante os anos de governo de esquerda com o PT. O Brasil reatou as suas relações com a China em plena ditadura militar.

Pragmatismo como praxe

O Brasil reatou com a China em 1974, quando o regime dos generais estava na sua era mais pesada e autoritária. E também quando era bem mais pesado o regime chinês. A ditadura militar permitiu também que empresas bélicas brasileiras tivessem relação com a Líbia, quando o governo dos EUA caçava de maneira implacável Muammar Kadafi. Por quê? Porque o pragmatismo sempre foi a regra.

Bilateralismo

Ou seja, mesmo o regime autoritário de direita dos generais não quebrou as tradições diplomáticas brasileiras. Agora, porém, há uma forte pressão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para desestimular as ferramentas multilaterais de negociação entre os países e para que sejam adotadas negociações bilaterais, país a país.

Alinhamento

O Itamaraty teme que essa pressão prevaleça, uma vez que já é o que Trump vem procurando adotar com os demais países sul-americanos que passaram a ter governos de direita. Passando a ter uma relação menos pragmática e mais de alinhamento ao projeto de Trump, que tem claros interesses econômicos no Brasil.

"Faxina"

Dos Estados Unidos, o ex-deputado Eduardo Bolsonaro, irmão de Flávio Bolsonaro, já falou em uma "faxina" no Itamaraty, uma caça às bruxas de diplomatas, que poderia se dar a partir da mudança nos eixos principais dos processos de relações internacionais brasileiras. Algo que Jair Bolsonaro chegou a ensaiar, porém de maneira tímida.

Líder internacional

No caso de Bolsonaro, houve alguns fatores. O primeiro, sua baixa liderança internacional – foram várias as situações em que o ex-presidente parecia deslocado ao lado de outros líderes. E em seu primeiro governo Donald Trump não assumiu de forma tão incisiva a ideia de promover um movimento de "endireitamento" planetário.

Ernesto

Outro ponto foi a escolha de Ernesto Araújo como ministro das Relações Exteriores. Ernesto nunca foi considerado dentro do Itamaraty um diplomata de primeira linha. Com isso, acabou sendo engolido pelos colegas mais experientes, que mantiveram a linha de condução das relações internacionais. Agora, teme-se uma ação mais concreta.

Rubio

Nos Estados Unidos, não há ministro da Relações Exteriores. Quem exerce esse papel é o secretário de Estado. No caso de Trump, Marco Rubio, alguém com forte influência no governo dos EUA. O Itamaraty teme, então, que agora, esse processo aconteça com o assessoramento dele. Os punhos de renda estão eriçados...

TON MOLINA/AGÊNCIA SENADO

Oposição reclama do calendário "eleitoreiro" de Alcolumbre

Alcolumbre: fim da 6x1 será votado na próxima semana

PEC precisa ser aprovada em dois turnos, com quórum qualificado

Por **Gabriela Gallo**

O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), declarou que planeja votar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que determina o fim da escala de trabalho na jornada 6x1 (PEC 221/2019) na próxima semana. Em conversa com jornalistas nesta terça-feira (6), o senador declarou que o tema é a única pauta prevista para a semana.

"Meu desejo é cumprir integralmente o rito constitucional. Sem atropelos, sem acelerar nada. Cumprir terça, quarta e quinta as cinco primeiras sessões de discussão da PEC para [a votação] no primeiro turno. E, a partir de sexta-feira [9] organizar novamente uma pauta para, na semana que vem, termos sessões terça, quarta a quinta. E, caso todos nós pudermos concluir as cinco sessões de debate na semana que vem, do ponto de vista regimental, [vamos] colocar para sua deliberação em primeiro turno. Neste momento adequado, cada senador terá o livre arbítrio para votar de acordo com sua convicção", afirmou Davi, que declarou que "já sabe como irá votar".

Também nesta terça-feira, o plenário do Senado Federal iniciou a primeira de cinco sessões em plenário para discutir o fim da escala 6x1. A maioria dos senadores presentes na sessão defendeu a atualização das novas regras trabalhistas e implementação de medidas. Contudo, senadores da oposição acusaram o timming da discussão da medida como "eleitoreira", já que ela está ocorrendo no intervalo entre o primeiro e o segundo turnos eleitorais – especialmente porque o tema é peça-chave para a campanha à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Do outro lado, senadores governistas negam as acusações e argumentam que o tema é discutido no Congresso Nacional há anos. A PEC seguirá em discussão pelos senadores nas sessões de quarta-feira (7) e quinta-feira (8), todas as sessões começando às 14h, já que este é o único item da pauta desta semana.

Considerando que o plenário do Senado realize três sessões de discussão nesta semana e depois mais duas na próxima, a expectativa é que a PEC seja votada em primeiro turno no dia 15 de outubro. E que, então, a votação em segundo turno aconteça no dia 27 de outubro, dois dias depois da realização do segundo turno.